Continuação

A administração desta sociedade assegura que não haverá problemas quanto à operacionalidade de suas atividades e que operará a realização de novos contratos de aluguel pois já contactou novos possíveis inquilinos e serão retomados investimentos em estoques com efetivação da ser concretizada no exercício de 2018. **NOTA 8** – Capital Social: – Representado por 29.888 (vinte e nove mil oitocentos e oitenta e oito) ações, sendo 24.353 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e três) ações ordinárias e 5.535 (cinco mil quinhentos e trinta e cinco) ações preferenciais, todas integralizadas. **NOTA 9** – Remuneração da Diretoria: O total da remuneração da diretoria foi de cento e quarenta e quatro mil reais. **NOTA 10** – Itens da Demonstração do Resultado do Exercício: - As Receitas Operacionais formadas por Receitas de Aluguéis de Imóveis Próprio com saldo de um milhão seiscientos e noventa e oito mil reais, foram registradas de acordo com o regime de competência; - Despesas Financeiras : O valor lançado corresponde a juros sobre parcelamento de impostos e crédito de acionistas. **NOTA 11** – Seguros – A Cia. mantém contrato de seguro com cobertura de seu prédio e conteúdo, com a seguradora Bradesco Seguros e Previdência. **NOTA 12**- As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DIRETORIA:

Antônio Augusto Calcuchimac de Alencar Fernandez
Diretor Presidente.
CPF nº 032.130.132-34

Domingos Sávio Calcuchimac de Alencar Fernandez
Diretor Vice Presidente.
CPF 095.060.202-72

Guilherme Augusto Calcuchimac de Alencar Fernandez
Diretor Comercial.
CPF nº 003.706.302-20

Expedito Augusto Calcuchimac de Alencar Fernandez
Diretor Financeiro
CPF nº 082.314.512-34

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Huascar José Calcuchimac de Alencar Fernandez
Conselheiro - Presidente
CPF nº 062.655.532-91

Antônio Augusto Calcuchimac de Alencar Fernandez
Conselheiro - Membro
CPF nº 032.130.132-34

Llyana Costa Fernandez Martins
Conselheira - Membro
CPF nº 792.246.522-04

José Nonato da Silva.
Contador - CRC-PA. 5886
CPF nº 047.853.392-68

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e acionistas da
PORTUENSE FERRAGENS S/A.
Belém – PA

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da PORTUENSE FERRAGENS S/A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PORTUENSE FERRAGENS S/A. em 31 de dezembro 2017, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas no seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional

A Portuense Ferragens S/A apresenta índices de solvência desfavoráveis e baixa rentabilidade, que são indicadores de riscos à continuidade operacional. Como agravante, as operações comerciais foram paralisadas, e não há perspectivas de investimentos na atividade comercial, a curto ou a médio prazo. Conforme descrito na nota explicativa número 7, a administração entende, como pressuposição de continuidade, que a reestruturação iniciada em 2017, os investimentos previstos para a retomada da atividade comercial, a realização de novos contratos de aluguel, adesão ao PERT e a perspectiva de aquecimento da economia trará melhora de resultados, e que as principais dívidas são administráveis.

Valor justo

O ativo imobilizado é representado principalmente por terrenos e edificações, que foram avaliados a mais de oito anos. A administração entende que os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, representam os valores de realização destes bens, não sendo necessário, pelas características destes, contabilizar outros ajustes. Não examinamos documentos e análises que respaldaram esse entendimento. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado - DVA
Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Entidade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras
A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração da Entidade pretenda liquidar a sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Outros
A auditoria das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi executada por outra firma de auditoria que sobre elas, em 09 de março de 2017 emitiu Relatório, sem modificação, e com as ênfases deste nosso Relatório.
Belém, 29 de março de 2018.

R&M AUDITORES INDEPENDENTES E CONSULTORES S/S

CRC-PA 292/O – CVM 8559

Ubirajara dos Santos Rodrigues
CRC – RJ 58609/O – 5 T-PA – IBRACON 4871

Protocolo: 298562